

14. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIROS – FREGUESIAS:

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual:

- a) **União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações** para a “Construção de sanitários de apoio ao Cemitério de Fraião (aditamento)”, no valor de **6.794,22€**;
- b) **União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro**, para os “Abrigos de passageiros de transportes público para as três ruas da Freguesia”, no valor de **9.300,00€**;
- c) **Freguesia de Palmeira**, para “Trabalhos Complementares – Praia da Ponte do Bico”, no valor de **121.750,17€**;
- d) **Freguesia de Padim da Graça**, para “Melhoramento da Cobertura da Casa Social (Casa dos Carvalhos)”, no valor de **1.316,57€**;
- e) **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Stº Estevão)**, para “Dois Abrigos de passageiros dos transportes públicos”, no valor de **6.200,00€**;
- f) **União das Freguesias de Lomar e Arcos**, para “Requalificação de espaços verde – Rua Magalhães Lima - Lomar”, no valor de **1.749,00€**.

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: União das Freguesias de **NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÃES** - Atribuição de subsídio para: «**Construção de Sanitários de Apoio ao Cemitério de Fraião (Aditamento)**».

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a U. Freguesias de **NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização de obras da **Construção de Sanitários de Apoio ao Cemitério de Fraião**(aditamento), investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que a **Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias**, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **6 794,22€**, com IVA incluído à taxa legal;

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO

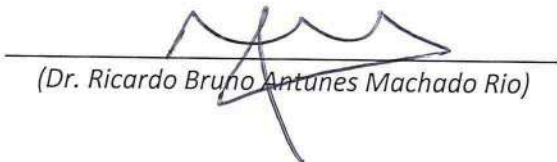
Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio financeiro à U. Freguesias de NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÃES, no valor de 6 794,22€, (seis mil setecentos e noventa e quatro euros e vinte e dois centavos), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de **NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de **NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

Braga, 21 de junho 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: União das Freguesias de **GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO**– Atribuição de Subsídio para «**Abrigos de passageiros de transportes públicos para três Ruas da Freguesia**»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Abrigos de passageiros de transportes públicos para três Ruas da Freguesia** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **9 300,00€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro no valor de 9 300,00€** (nove mil e trezentos euros), ao abrigo do disposto na alínea ccc)

do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro.

Braga, 11 de julho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Freguesia de **PALMEIRA** – Atribuição de subsídio para: «**Trabalhos Complementares – Praia da Ponte do Bico**»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Freguesia de **Palmeira** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização de obras da **Trabalhos Complementares – Praia da Ponte do Bico** investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que a **Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias**, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **121 750,17€**, com IVA incluído à taxa legal;

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio financeiro à Freguesia de Palmeira no valor de 121 750,17€,** (cento e vinte e um mil setecentos e cinquenta euros e dezassete centimos), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Freguesia de **Palmeira**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Freguesia de **Palmeira**.

Braga, 28 de junho 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Freguesia de PADIM DA GRAÇA – Atribuição de Subsídio para: “Melhoramento da Cobertura da Casa Social (Casa dos Carvalhos)”.

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **Freguesia de Padim da Graça** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **Melhoramento da Cobertura da Casa Social (Casa dos Carvalhos)**, tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que a **Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias** procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **1 316,57€, incluído o valor do IVA à taxa legal**.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia.

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Freguesia de Padim da Graça no valor de 1 316,57€ (mil trezentos e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Freguesia de Padim da Graça.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Freguesia de Padim da Graça

Braga, 13 de Julho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: União das Freguesias de ESCUDEIROS E PENSO (S. Vicente e Stº Estêvão) –
Atribuição de Subsídio para «2 (dois) Abrigos de passageiros dos transportes públicos»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de ESCUDEIROS e PENSO (S. Vicente e Stº Estêvão)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **2 (dois) Abrigos de passageiros dos transportes públicos** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que **Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias** procedeu à **validação do orçamento apresentado, no valor de 6 200,00€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Stº Estêvão) no valor de 6 200;00€** (seis mil e duzentos euros), **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Stº Estêvão).

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente).

Braga, 15 de julho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO: União das Freguesias de LOMAR e ARCOS – Atribuição de Subsídio para
«Requalificação de espaços verde - Rua Magalhães Lima - Lomar»**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de LOMAR e ARCOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação de espaços verde - Rua Magalhães Lima - Lomar**, tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à **validação do orçamento apresentado, no valor de 1 749,00€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de LOMAR e ARCOS no valor de 1 749,00€** (mil setecentos e quarenta e nove euros), **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de LOMAR e ARCOS.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de LOMAR e ARCOS.

Braga, 18 de julho 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)